

A OPACIDADE DO POLÍTICO

Alfredo Margarido

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias – Departamento
de Ciências Sociais e Humanas

Um dos estribilhos mais correntes na análise das relações entre a sociedade, o cidadão e a política, reside no lamento constante: o eleitor, que se confunde com o cidadão, estaria ausente do debate político, e recusaria interessar-se pela política. Todas as eleições são hoje acompanhadas, na Europa, por um inventário cuidadoso do número de abstencionistas, já que o voto branco traduz tanto participação, como opinião. De certa forma, os “profissionais” da política, e os analistas que lhes estão associados, consideram estar perante uma “traição”, já que se espera que o cidadão, ou antes, o eleitor, corresponda aos convites que lhe são feitos, votando.

Trata-se certamente de um elemento deveras significativo, pois se subentende que a situação é inédita, e que se registara anteriormente uma mobilização constante dos cidadãos para ir às urnas. Mais ainda, regista-se outro subentendido: se os cidadãos recusam ir às urnas, essa situação seria a consequência de uma perda da qualidade cívica, que não pode deixar de ameaçar do interior, a própria estrutura democrática, que depende da participação, e sobretudo do voto do cidadão.

De quando em vez ouve-se um lamento: talvez a organização política não seja de molde a mobilizar os eleitores. Algumas medidas apareceram para assegurar o aspecto espectacular da via política, contando-se entre tais medidas a criação de um canal televisivo consagrado aos – quase sempre tristes – debates na Assembleia da República, em que se regista sobretudo a monotonia burocrática do funcionamento da ilustre instituição.

É evidente que se não fazem as perguntas indispensáveis, pois continuamos no essencial a aceitar como sendo suficiente e exemplar, a organização centralizada do poder que herdamos não só do século XVIII, mas essencialmente da monarquia absoluta. O carácter sagrado do “eleito”, aparece em muitas circunstâncias, já que o “eleito” não pode ser sujeito às regras normais da cidadania. Por sua vez o eleito, que beneficia do carácter sagrado do poder – no qual é ainda visível o dedo de Deus, já que é “pela graça de Deus”, que o deputado aparece –, procura assegurar o carácter divino do Estado, que lhe dá autoridade, mas que dele se serve.

A dificuldade reside, antes de mais, na impossibilidade de assegurar a gestão do Estado com cidadãos normais. No caso português verifica-se ainda hoje a sobrevivência de uma violenta oposição entre a cidade e o campo, entre a capital e a província, que nem sequer as “presidências abertas” conseguiram atenuar, na medida em que não podiam fazer mais do que reforçar o aspecto circense do poder. Por outro lado, verifica-se que a delegação de poder se estruturou em função dos valores técnicos e cívicos do século XIX, não se tendo modificado substancialmente depois.

De resto, a simples reflexão consagrada à transição dos diferentes aparelhos político – da monarquia absoluta para a monarquia constitucional, da monarquia para a república – põe em evidência a continuidade do aparelho administrativo, como de resto aconteceu durante “o período revolucionário” post-Abril de 1974. Multiplicaram-se os “saneamentos”, mais fruto de paixões mal geridas, do que consequência de decisões indispensáveis ao funcionamento do próprio aparelho de Estado, mas

esqueceu-se a necessária reorganização da administração em todos os seus aspectos. Lembrar-me-ei sempre das fórmulas coléricas utilizadas por Vitorino Magalhães Godinho para denunciar, numa reunião em Paris, os obstáculos que encontrava no seu próprio Ministério da Educação, para proceder às modificações consideradas mínimas e indispensáveis. Sabendo embora que o Ministro nunca foi um homem cómodo ou sequer civil, em não poucos momentos, a verdade é que se estava perante a impossibilidade de conjugar a verborreia revolucionária com a necessidade de proceder a uma revisão não só das instituições, das estruturas, mas também dos próprios “servidores” do Estado.

Os enquistamentos burocráticos não são por isso de hoje, e traduzem apenas a lenta acumulação dos maus hábitos administrativos. Não somos, muito longe disso, o único país, europeu ou não, vítima de tais calamidades. No nosso caso verifica-se que a situação está agravada pela incompetência universalmente reconhecida da maior parte destes funcionários. O facto de não ter havido reforma se, por um lado, traduz a dificuldade em proceder a uma revisão global das situações, designa por outro lado a inércia do próprio sistema, incapaz de por em causa as razões do seu evidente disfuncionamento. Ora não pode haver “boa política” enquanto não se puder contar com bons funcionários, capazes não só de gerir os aspectos técnicos dos problemas, mas sobretudo capazes de compreender os problemas e os interesses das populações. Quando se sabe que é necessário mobilizar cunhas e mais cunhas para conseguir que uma autorização para uma determinada obra, dependente da Câmara Municipal de Lisboa, seja despachada dentro de um prazo razoável, verificamos que o cidadão é sempre a vítima preferencial da burocracia, que se confunde com o “político”.

Podem multiplicar-se os exemplos: não será consequência de inércia dos homens políticos, constatar que continua a registar-se a violência, e algumas vezes até a morte de detidos que entram em bom estado em postos da GNR ou esquadras da PSP, para de lá saírem directos para a Morgue? Não encontramos aqui os “os bons costumes” desta “rapaziada”, sob o comando de oficiais sem treino para compreender o funcionamento da sociedade civil, que só agora os homens políticos começam a modificar (não sem perdas e não sem custos, como pode contar-nos o antigo Ministro Alberto Costa). A passividade das instituições políticas, e mais particularmente daquelas que resultam das eleições, continua a ser chocante, sobretudo nos casos em que se registam mortes de homem. Não será aqui o momento de evocar a decapitação de um homem num posto da GNR, mas a verdade é que tais derivas sublinham a permanência do passado mais repressivo. E como pode o cidadão não por em causa a credibilidade do “facto político”, quando ninguém lhe garante que poderá sair vivo da esquadra onde entrou ou para onde o levaram?

Recorro a estes casos extremos para por em evidência as razões que assistem aos cidadãos par se afastar do processo político. Quando as instituições políticas se revelam incapazes de evitar não só a tortura mas sobretudo a morte de detidos, inocentes ou culpados, tanto faz, estamos

no direito de pôr em dúvida a competência dos agentes do Estado, incluindo os mais importantes. O silêncio pálido da Presidência da República quando morre nas esquadras um cidadão, continua a confranger-me: pois não é esse o crime absoluto do Estado? Longe de estarmos protegidos pelas instituições e pelos homens ou mulheres que designamos para agir em nosso nome num quadro do aparelho de Estado, encontramos-nos frequentemente perante funcionários que servem apenas para justificar a violência sem desculpas dos agentes que o Estado, quer dizer a sociedade civil, remunera. Mudar de comportamento, claríssimo, sem esquecer de mudar de vocabulário. Sempre me senti pouco à vontade perante os ademanos diplomáticos, que se furtam ao diálogo e sequer à compreensão.

Sem esquecer contudo, que a própria história do voto é reveladora, pois começou pelo censo e acabou por repelir as mulheres, que só puderam tornar-se cidadãs em 1945 em França, em 1974 entre nós. A simples história do voto é reveladora, pois mostra que se pode ele transformar em instrumento discriminatório, como sempre aconteceu. Por outro lado, o poder urbano e técnico, sempre repeliu os rurais, camponeses e outros, que não pertenciam à “civilização”. O aparelho de Estado foi pensado sempre em função da necessidade de criar uma instância que decide, confiando necessariamente a materialidade da intervenção aos diferentes agentes do Estado. Numa síntese feliz, Josef Gabel sublinha a invisibilidade do Estado, que todavia todos reconhecemos através das intervenções dos seus agentes, que englobam tanto o Presidente da República, como os contínuos – quase sempre malcriados – dos Ministérios.

Ou seja, se bem que tenham desaparecido os camponeses – como demonstrou Henri Mendras –, e se bem que se tenha modificado o número de “intelectuais” – recorro neste caso a um galicismo sociológico, dando a este termo o sentido que possui na classificação socio-profissional francesa – o aparelho de Estado continua a funcionar centralizado na cidade-capital, onde estão concentrados os principais agentes do poder, mesmo em países que possuem “regiões”, ou “landes” ou o que for. Todos os ministros, assim como os deputados, são obrigados a mudar de pele, como de resto se verifica facilmente em alguns casos mais patológicos, que naturalmente não exigem identificação nesta reflexão. A teratologia do poder, onde abundam os girinos da poça política, que podem exprimir-se nas gloriosas lucarnas televisivas, implica naturalmente uma multiplicação das formas mais ou menos monstruosas.

A organização dos calendários eleitorais que, no nosso caso, só agora começam a recorrer ao referendo, não procura consultar o cidadão, mas sim impor-lhe a participação na consagração do aparelho político. Não quero dizer que as consultas eleitorais sejam ou inúteis ou anódinas, tanto mais que são acompanhadas por debates minimamente contraditórios, mesmo se adulterados pela “propaganda”, que os regimes totalitários transformaram no veneno mais evidente da política. Mas não é possível, numa análise consequente, deixar de por em evidência o carácter vicioso do sistema, que pede aos eleitores não para dizer os seus pro-

blemas, ou enunciar as suas críticas, mas sim para renunciar à sua participação corrente na vida política, através do voto. Se este continua a ser a grande conquista republicana, que as próprias monarquias ainda sobreviventes tiveram de aceitar, para assegurar a sua própria sobrevivência, a verdade é ter ele sido parcialmente desviado da sua função, devido precisamente à fracção de ideologia e de prática monárquicas, que inquina as funções republicanas do poder.

Os debates sustentados pelas esquerdas republicanas europeias serviram para denunciar as violências dos totalitarismos, e exaltar os valores da sociedade, maltratados pelo Estado. É de resto no campo desse debate que nos encontramos nos dias de hoje, embora em condições que rompem com a escolástica da esquerda: se o debate consagrado à autogestão parece hoje morto e enterrado, não pode ele ser deitado ao lixo ideológico, em nome dos interesses das empresas e do mercado. Rompemos com a dominação colonial e colonialista, mas ainda não conseguimos separar-nos da ideia e da prática da violência exercidas contra os colonizados do interior: os trabalhadores e mais particularmente os operários (não faltará quem, com alguma razão, diga que são as trabalhadoras as vítimas principais, a julgar por certos comportamentos dos patrões europeus, portugueses, como não podia deixar de ser, mas também franceses e alemães).

O eixo essencial dos debates de hoje não pode romper com a teoria das classes, mesmo se já se esqueceram da velha ditadura do proletariado, mas espera-se sobretudo que sirva para pôr em evidência a necessidade de não esquecer os valores revolucionários. Os debates que continuam a girar em torno da distribuição das riquezas e dos tempos de trabalho, sublinham a importância destes dois pilares da organização social fora do quadro da autarquia: o salário, o rendimento social, por um lado, o tempo, incluindo o tempo do ócio e do prazer, pelo outro. Ora tais debates estão cada vez mais camuflados, devido em parte à impotência dos sindicatos que, como o poder central, continuam a manter-se fieis à lógica do combate herdada do século XIX. O mais curioso na organização da teoria da intervenção sindical reside certamente no facto de os dirigentes ainda não terem meditado no facto de terem sido transformados em simples correias de ligação entre o Estado e a patronato, tanto na União Soviética, como nos regimes totalitários da direita.

É por isso normal que os cidadãos, assim constantemente repelidos pela máquina institucional, acabem por se desinteressar da política, esvaziando a democracia do seu sentido mais profundo. Há ainda hoje cidadãos que acreditam que a democracia se define com base nas “instituições democráticas” que caracterizam a estrutura do país, não se tendo dado conta de que a democracia só pode existir quando as instituições forem geridas por democratas, permitindo que as escolhas nacionais – ou internacionais – sejam democraticamente decididas. O funcionamento da Comunidade Europeia sublinha a existência de uma política deliberadamente opaca, que serviu para por o carro à frente dos bois, com resultados que não podemos ainda definir: a Europa está longe de ter sido concluída, e pode recriar-se que a voluntária falta de transparência

democrática, não venha a desservi-la. Se a consciência nacional tem sofrido rudes tratos de polé em quase todos os países europeus, podemos verificar que a maneira como tem sido construída a Europa, não contribuiu para a criação de uma autêntica *consciência europeia*. Muito pelo contrário: de maneira discreta, mas firme e constante, assistimos à revalorização não só do espírito nacional, mas sobretudo do nacionalismo, entendido como valor patriótico da direita legítima.

Esperava-se que a Europa fosse a garantia de uma autêntica e necessariamente profunda revolução social. Ora tal não é ainda o caso, e os relatórios que nos dizem haver ainda graves e constantes infracções em relação aos direitos do homem e do cidadão, deviam ser lidos diariamente nas televisões nacionais, para convidar os cidadãos à vigilância, sem hesitar perante a denúncia dos atropelos cometidos. O respeito pela lei, que deve ser uma das tarefas das autoridades republicanas, implica não só o reconhecimento do interesse geral, mas que esse interesse seja constantemente defendido. Se nos preocupamos com o desinteresse pela política, tal se deve ao facto de semelhante comportamento, em via de se generalizar, pôr em perigo o interesse geral. Ora, há razões graves para que se registre uma séria amargura nas hostes dos republicanos: o horizonte completamente tapado pela estagnação da prosperidade e pelo desemprego – mesmo se entre nós ele continua a não atingir os números e as percentagens vertiginosas da França ou da Alemanha – não podem inspirar confiança. O facto de os governos continuarem a manipular em segredo os projectos, sublinha o reforço do carácter monárquico do poder, rompendo da maneira contínua e deliberada com o debate público, aberto e contraditório. Podemos ver nessa maneira de agir uma rejeição da importância do cidadão, substituído quase sempre pelo “votante”, que nem sequer chega a ser eleitor.

Semelhante situação que nada promete corrigir, não pode contribuir para reforçar a relação do cidadão com o poder político. A banalização das “directivas” que, emanadas de Bruxelas, impõem a governos e a parlamentos a adopção de regras pensadas no circuito apertado de Bruxelas, não é de molde a favorecer a afirmação das regras democráticas, que exigem o debate contraditório. Não se pode dizer estarmos perante uma solução de carácter totalitário, mas já não será excessivo sublinhar a gravidade das decisões que, sendo técnicas, são sobretudo culturais e, até, civilizacionais. Podemos utilizar o exemplo simples da política europeia face ao azeite, que os apreciadores de manteiga e de banha de porco consideram como meramente “regional”, quando não “folclórico”, quando na verdade se trata de um elemento básico da nossa paisagem histórica, e da nossa relação com a cozinha, com o corpo e até com a maneira de pensar e de ver o mundo. Se a palavra fosse confiada aos cidadãos, é evidente que o sul europeu teria defendido com afinco os seus valores específicos, agora vítimas de uma conjugação demográfica que exprime outra leitura do mundo.

Quando os cidadãos desta porção europeia do sul, se encontrarem face a uma modificação da paisagem e dos gostos, em nome das “directivas” europeias, é evidente que estarão no direito de se interrogar: em

nome de quê, em nome de quem, a Europa liquida as formas milenárias das culturas do sul europeu? Será que os governos têm o direito de impedir que os cidadãos participem nas escolhas que dizem respeito à sua história, assim como ao seu quotidiano? Será que basta classificar tais escolhas como simples consequências negativas da “tradição”, para as desqualificar? Poder-se-á denunciar o “saudosismo” como motor da defesa de valores, sem os quais será sempre difícil compreender o próprio mecanismo da história? Sirvo-me aqui de um exemplo preocupante da descaracterização de amplos segmentos da Europa do Sul, que continua a ser a nossa, em nome de interesses simplesmente financeiros que, por sua vez, permitem a afirmação da hegemonia das populações do norte. Será que assistiremos dentro de pouco tempo à substituição do vinho pelas cervejas, sempre em nome da hegemonia do norte?

Ou seja, verifica-se que os “homens políticos”, são quase sempre vítimas do sistema que ajudam a inventar. Já em tempos Max Weber tinha mostrado que a tendência inevitável da burocracia era a auto-defesa e o alargamento da sua esfera de intervenção, não hesitando em produzir o abuso. Recentemente, o julgamento do alto funcionário francês, Maurice Papon, responsável pela deportação de milhares de judeus, na região de Bordéus, fez aparecer uma noção singular de crime: o *crime da secretária*, no qual o criminoso não vê nunca a sua vítima, que pertence inteiramente ao circuito burocrático. A morte é sempre o último fim deste tipo de crime, que ajuda a compreender o funcionamento nevrótico da burocracia, quando abandonada a si própria, tendo impedido a intervenção do juízo do cidadão. É de resto dentro destas regras que funcionam quase todas as assembleias eleitas pelos cidadãos. É contra esta situação que se manifestam as forças vivas das nações, constantemente repelidas pela muralha defensiva dos detentores, mesmo se provisórios, do poder. A criação das burocracias do Estado, encontra um singular reforço nas condições de recrutamento e de designação das Assembleias eleitas.

Estas situações têm permitindo a criação de “profissionais da política”, os quais acumulam funções e mandatos, reduzindo constantemente o número dos eleitos encarregados de tomar as decisões que implicam não só o quotidiano, mas comprometem quase sempre o futuro. No caso português a situação agrava-se, na medida em que se deu aos partidos políticos uma arma temerosa: a possibilidade de organizar as listas de candidatos, que não aparecem como simples cidadãos, mas sim como delegados do Partido, pertence aos próprios Partidos. Ora a instalação perpétua de gestores das instituições políticas se, em alguns raros casos, pode ser benéfica, permitindo a acumulação de conhecimentos, é na grande maioria dos casos um agente de inércia e, não poucas vezes de corrupção passiva. Não faltam exemplos entre nós de “feudos” políticos, sustentados graças a manobras partidárias e a criações de clintelas. Defendo o princípio de que a lei devia impedir semelhantes “profissionalizações”, de maneira a permitir a renovação do “pessoal político”. Dir-se-á que semelhante medida viria colidir com as escolhas dos cidadãos. As manipulações suscitadas por tais situações, que não têm sempre sido postas em evidência, autorizam a necessidade de tais medidas correctoras.

A fossilização do poder político depende em parte desta perenidade, qual por sua vez é gerida de maneira a criar uma espécie de automatismo eleitoral: o cidadão é implicitamente convidado a renunciar a qualquer operação crítica, aceitando reconduzir o mesmo gestor, independentemente da análise do seu trabalho. Ora não podemos aceitar que se crie uma tal distância entre os cidadãos e os gestores do político, das Juntas de freguesias à Presidência da República. Nem de resto se compreende que possam existir dois pesos e duas medidas: o Presidente da República não pode cumprir mais de dois mandatos seguidos, ao passo que qualquer Presidente da Câmara, ou qualquer deputado, pode apresentar-se, como o Dr. Raul Rego, até ao dia em que morrer, não sendo suficiente a sua impotência física, quando não até intelectual. Não deixa de ser curioso, quando não divertido, verificar a dependência do nosso sistema: como quase todos os países adoptaram, arrastados pelos Estados Unidos, a legislação destinada a impedir a eternização do mesmo homem político à frente dos destinos do Estado, eis que também o fizemos. Mas não consideramos o interesse da lição política claramente afirmada: o poder deve ser renovado, impedindo o enquistamento monárquico, que levou já D. Duarte Pio a elogiar o “estilo monárquico” do Dr. Mário Soares, cumprimento que este não rejeitou, como devia tê-lo feito.

De resto a banalização do que começou a chamar-se a “classe política”, sublinha o carácter pelo menos atribulatório da situação. Esta “classe” não pode ser entendida no quadro da velha teoria das classes, sendo antes uma deformação, pois o termo que mais lhe conviria seria o de “casta”, ainda que de maneira também imprecisa. O que se pretende dizer, de maneira mais simples, é que a situação política autorizada pela má gestão da democracia, permite, quando não solicita, a criação de um núcleo permanente de homens políticos, que determinam a orientação geral da vida política nacional. Poderíamos chamar-lhe – embora se trate também de um galicismo político – o “nó duro” desta estrutura, que se apoia por sua vez na maneira como são geridos os Partidos políticos. As consequências estão à vista: a falta de renovação do próprio aparelho político engendra as formas de cumplicidade inevitáveis em semelhantes circunstâncias. Mas, sobretudo, elas arrastam consigo o desinteresse do cidadão, que se encontra sempre perante a monotonia do aparelho político, não só em termos de pessoas, mas também, o que é por assim dizer inevitável, de soluções teóricas.

Haverá soluções? Elas são difíceis, sobretudo no caso português onde, como não podemos nem devemos esquecer, se banalisou durante os quarenta e oito anos de ditadura, o descrédito do político, a ponto de se ter criado uma *polícia política* para identificar, controlar e castigar aqueles que se empenhassem em participar na vida política, que só a quase clandestinidade permitia. Esta singular maneira de organizar a vida política nacional, reforçada pela eliminação de uma parte substancial das organizações que podiam ter permitido a ampla participação dos cidadãos na elaboração de projectos, acabou por levar uma fracção da população a repelir o simples trabalho político de qualquer cidadão.

A Opacidade do Político

O resultado está hoje à vista: as novas gerações não contabilizam a necessidade da reflexão e do trabalho político, dignas descendentes de gerações que tinham crescido durante a irradiação brutal de qualquer operação vincadamente política. Pior: a guerra colonial, que em determinado momento forneceu a espinha dorsal das opções políticas nacionais, tornou a situação ainda mais obscura, a ponto de ter impedido a aparição de uma autêntica frente nacional anti-colonialista (sublinho esse facto, não ignorando, *et pour cause*, a existência de grupos ou de núcleos afirmada e activamente anti-colonistas, que não foram todavia capazes de arrastar atrás de si a colectividade nacional).

Não deixa de ser útil dispor hoje de lugares onde é possível tecer a reflexão respeitante à maneira como está organizado o aparelho político, que pertence sobretudo impedir a intervenção crítica do cidadão. O resultado está por isso à vista, revelando o desinteresse legítimo do cidadão, ressuscitado politicamente sempre que há eleições, sendo abandonado, como Lázaro, no seu túmulo, até à próxima ressurreição! Digamos que o debate que travamos hoje aqui não é exclusivamente português, tendo começado em França, por volta dos anos 1954, com a intervenção “anarquizante” dos situacionistas. A França foi obrigada a fazer frente à guerra da Argélia, e o esforço pedido às jovens gerações (mais de 500 000 soldados participaram nessas operações que banalizaram a utilização da tortura), criou a bola reflexiva que estourou em Maio de 1968. Abandonada aos “políticos profissionais”, a guerra da Argélia permitiu que homens considerados de “esquerda”, como François Mitterrand, ministro da justiça, autorizasse a execução — guilhotinado — de um militante comunista anti-colonialista. Quais, entre nós, os homens políticos de esquerda, que ousaram denunciar a violência selvagem da guerra colonial?

Devo dizer que nem sempre me reconheço nos comentários consagrados a Maio de 1968, de que retive dois elementos, que se não opõem: a denúncia dos chefes, fossem os “mandarins” universitários, fossem os “petits chefs” (os contra-mestres) das fábricas e das oficinas, acompanhada pela exaltação da liberdade, única força capaz de permitir a ampla manifestação da solidariedade. O mecanismo político europeu sofre de um síndrome grave, já que não pode esquecer a lição desse Maio, sem todavia dispor dos meios para romper com a tradição política emanada do século XVIII. Maio de 1968, indicava a direcção do século XX, com sessenta e oito anos de atraso, ao passo que a manutenção dos dispositivos estratégicos do poder político continua a exaltar a concepção monárquica do poder, assim como repete a sacralização da delegação do voto, dando aos eleitos um envoltório especial que os separa do comum dos mortais. É sempre surpreendido e chocado que sigo de perto as regras excepcionais que permitem que os homens políticos possam furtar-se à responsabilidade das suas acções, mesmo quando, visivelmente, elas se caracterizam pelo seu carácter crapuloso. De resto a defesa da intemporalidade do Estado, quando não até da sua transcendência, permitem que os seus “sacerdotes” se considerem diferentes e superiores à quase totalidade dos cidadãos.

A Europa parece sempre vibrar em defesa dos princípios da liberdade, mas trata-se frequentemente da moldura formal, que ainda não conseguiu extirpar as razões que permitem tamanhas diferenças entre os cidadãos europeus. Uma vez mais, a igualdade que se afirma nos princípios, não consegue modificar o quotidiano, permitindo a existência de países ricos e de países pobres, mesmo se, na aparência, se pretende eliminar as formas mais absurdas da miséria. Os homens políticos não podem por isso deixar de ser, na sua forma mais avançada e radical, simples reformistas (como me acontece ser, também), quando a situação europeia e mundial exige outras soluções. Os parlamentos, tal como os ministérios, tal como o Estado, só podem defender a norma social e a sua reprodução, o que quer dizer que tais instâncias não podem deixar de promover a reprodução da miséria. Tal é certamente o paradoxo em que vivemos todos: se alguma vez a asa prometedora da revolução faz fremir a nossa vida, é para a transformar imediatamente em *reforma razoável*, quer dizer em lirismo contemplativo. Ou bucólico (com uma referência algo nostálgica ao Helder Macedo). Assim nos contentamos com a nossa própria impotência política.

PS. — Já depois de redigidas estas notas foram tomadas decisões europeias no que se refere à cultura da oliveira e à produção do azeite, que não desfavorecem muito os interesses portugueses. Mas a querela não deixa de revelar a situação singular em que nos coloca a existência desta profunda oposição cultural, que é todavia resolvida sempre a apenas em termos estritamente financeiros. As condições específicas do modo de vida da Europa do Sul — já caricaturado como correspondendo a uma visão do Clube Mediterrâneo —, incomodam deveras os nossos vizinhos do norte, que só o toleram como lugar lúdico, contando com a servidão dos “indígenas”. O respeito pela arquitectura da paisagem, não parece fazer parte da bagagem administrativa dos eurocratas do Norte.